

ANEXO II - REQUERIMENTO PARA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIDADE

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

END: _____ CEP _____

CIDADE: _____ UF: _____

TELEFONES: _____ Email: _____

NOME DOS SÓCIOS: _____

Nº DE VIGILANTES EMPREGADOS: _____ (último dia do mês anterior ao do requerimento)

DOCUMENTOS ANEXADOS:

- 1) Revisão de Autorização de Funcionamento expedida pelo Ministério da Justiça ou a própria Autorização, se ainda vigente;
- 2) Certidão Negativa de Débito fornecida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS – Esse documento foi unificado em uma única CERTIDÃO de acordo com a Portaria MF 358/2014;
- 3) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço – FGTS;
- 4) Comprovante dos 3 (três) últimos meses de Pagamento do Seguro de Vida em Grupo dos empregados conforme previsto na Norma Coletiva de Trabalho em vigor (*);
- 5) Comprovante de Pagamento da Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Atual – GRCS do Empregador (art. 578 da CLT);
- 6) Exclusivamente às empresa filiadas, comprovantes de pagamento das 3 (três) últimas mensalidades referente a filiação perante o Sindicato Econômico.
- 7) Exclusivamente às empresa filiadas, comprovantes de pagamento referente a contribuição confederativa patronal do ano em curso, se já for exigível.
- 8) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT - expedida pela Justiça do Trabalho (Lei nº 12.440 de 07.07.2011).
- 9) Declaração do **Sindicato dos Vigilantes e Empregados de Empresas de Segurança, Vigilância, Transporte de Valores, Cursos de Formação de Vigilante, Vigilância Eletrônica, Vigilância Orgânica e Similares do Estado do Pará – SINDIVIPA**, comprovando que a empresa requerente está quite com os recolhimentos da Contribuição Sindical dos Empregados (artigos 579/591 da CLT e cláusula LXXIV da CCT); Mensalidade Sindical (cláusula LXXV da CCT), Contribuição Confederativa (cláusulas LXXVII e LXXVIII da CCT) e Contribuição Assistencial (cláusula LXXXI e LXXXII da CCT) dos seus empregados perante o Sindicato Laboral;
- 10) Declaração do **Sindicato dos Vigilantes e Empregados de Empresas de Segurança, Vigilância, Transporte de Valores, Cursos de Formação de Vigilante, Vigilância Eletrônica, Vigilância Orgânica e Similares do Estado do Pará – SINDIVIPA**, comprovando que a empresa requerente está quite com os recolhimentos do CUSTEIO DO PROGRAMA DE COMBATE A VIGILÂNCIA CLANDESTINA e da COMISSÃO DE AUTOCONSTATAÇÃO DO SETOR de que trata a CLÁUSULA LXXXVIII da CCT perante o Sindicato Laboral;
- 11) Comprovante de pagamento do CUSTEIO DO PROGRAMA DE COMBATE A VIGILÂNCIA CLANDESTINA e da COMISSÃO DE AUTOCONSTATAÇÃO DO SETOR de que trata a CLÁUSULA LXXXVIII, dos últimos 6 (seis) meses, perante o **Sindicato das Empresas de Vigilância, Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Segurança Privada do Estado do Pará – SINDESP/PA**.
- 12) Comprovante de depósito do valor previsto no Parágrafo Sétimo da Cláusula LXXXVI da Convenção Coletiva. (*) considerar o mês de competência do documento exigível na data do requerimento.

Autorizo o Sindicato Econômico realizar verificações visando certificar-se da regularidade das informações prestadas nos documentos acima relacionados.

Local e data, _____; _____/_____/_____